

Política de Privacidade

A Royal Lido Resort S.A., entidade exploradora dos HOTÉIS ROYAL ORCHID, ROCAMAR e CAIS DA OLIVEIRA, doravante RLR, é a entidade responsável pela recolha e tratamento dos dados pessoais (nomeadamente, dados de identificação, contato, sensíveis, entre outros), assumindo o compromisso de assegurar a proteção da sua privacidade, atuando em conformidade com a lei e o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados Pessoais.

Esta Política de Privacidade consolida o nosso empenho na adoção de práticas alinhadas à conformidade, com foco em garantir que:

- o tratamento dos dados pessoais será realizado de forma lícita, com fundamento em base legal aplicável, no legítimo interesse ou mediante o consentimento expresso do titular;
- a utilização dos dados limitar-se-á estritamente às finalidades para as quais foram disponibilizados;
- serão adotados mecanismos adequados para assegurar a exatidão, atualização e plenitude dos dados fornecidos;
- observar-se-á o princípio da minimização, restringindo a coleta apenas aos dados necessários e pertinentes à finalidade;
- o armazenamento dos dados respeitará os prazos de retenção legal ou contratualmente definidos;
- serão implementadas medidas técnicas e organizacionais destinadas a garantir a integridade, a confidencialidade e a proteção das informações.

A RLR elaborou e implementou a presente Política de Privacidade, a qual contempla um conjunto abrangente de medidas destinadas à proteção dos dados pessoais. O objetivo deste documento é apresentar, de forma organizada e acessível, os princípios e diretrizes que orientam a referida política.

Entidade Responsável pelo Tratamento dos Dados Pessoais:

A Royal Lido Resort S.A (RLR), com sede na Travessa Vista da Praia, 9125-039 Caniço, pessoa coletiva n.º 509 375 634, em cumprimento da obrigação legal prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 37.º do RGPD e no artigo 12.º da Lei de Execução Nacional, é responsável por assegurar, entre outros aspetos, a conformidade das atividades de tratamento de dados pessoais realizadas pela RLR, em conformidade com a legislação aplicável e com a presente Política.

Os titulares de dados pessoais podem, sempre que entendam necessário, contactar a RLR para tratar de questões relacionadas com o tratamento dos seus dados, utilizando os contactos indicados.

Como são recolhidas as Informações e armazenadas:

Os dados pessoais podem ser recolhidos através dos seguintes meios:

- Recolha Direta: Correio eletrónico, website, chamadas telefónicas, presencialmente
- Recolha indireta: através de parceiros ou empresas do grupo e entidades oficiais.

Os dados recolhidos são processados e armazenados informaticamente e no estrito cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais, sendo armazenados em base de dados específicas, criadas para o efeito, pela RLR ou pelas entidades por esta subcontratada. Alguns dados pessoais recolhidos no website são de preenchimento obrigatório e, em caso de falta ou insuficiência desses dados, a RLR poderá não conseguir prestar-lhe os serviços ou as informações por si solicitadas. Em cada caso concreto, a RLR informá-lo-á da natureza obrigatória do fornecimento dos dados pessoais em causa.

Inventário de tratamento de dados

A RLR possui o registo de tratamento de dados, nos termos do artigo 30.º do RGPD, no qual inclui:

- quem é o responsável pelo tratamento dos dados e como pode ser contactado;

- para que finalidades os dados são usados;
- que tipos de dados são tratados e a que pessoas dizem respeito;
- por quanto tempo os dados são guardados;
- que medidas de segurança são aplicadas para garantir a proteção, confidencialidade e fiabilidade das informações.

Categorias de Dados Pessoais Tratados pelo RLR

No âmbito da prestação dos seus serviços, a RLR poderá recolher e tratar as seguintes categorias de dados pessoais:

- **Dados de identificação:** como nome, número de identificação civil, número de passaporte e número de identificação fiscal;
- **Dados demográficos:** como data de nascimento, género, nacionalidade e país de residência;
- **Dados de contacto:** incluindo morada, número de telefone e endereço de email;
- **Dados sensíveis (fornecidos voluntariamente pelo cliente):** como restrições alimentares, preferências pessoais ou informações sobre condições de saúde e tratamentos (ex.: hóspedes em tratamento médico);
- **Dados financeiros:** como informações de cartão de crédito;

Fundamentação para tratamento de dados pessoais

A RLR só trata os seus dados pessoais em situações específicas, como:

- **Com o seu consentimento:** quando nos autoriza de forma clara e precisa a usar os seus dados para finalidades específicas. Esse consentimento pode ser dado por escrito, online ou por outros meios, ficando sempre registado.

Pode retirar o seu consentimento a qualquer momento, sem afetar o uso que já tenha sido feito dos seus dados até então.

- **Para executar um contrato ou prestar um serviço:** quando é necessário tratar os seus dados para cumprir um contrato consigo ou para realizar passos necessários antes de celebrar esse contrato, a seu pedido.
- **Cumprimento de obrigação legal:** a RLR pode tratar dados pessoais quando tal seja necessário para cumprir obrigações previstas na lei.
Exemplo: envio de dados a entidades oficiais, como o SEF/AIMA (nos termos do Decreto-Lei n.º 128/2014) ou autoridades policiais;
- **Interesse legítimo:** a RLR pode também tratar dados quando seja necessário para garantir interesses legítimos próprios ou de terceiros, desde que esses interesses não se sobreponham aos direitos e liberdades fundamentais do titular dos dados.

A tabela presente na secção “Finalidades do tratamento, enquadramento legal e prazos de retenção dos dados pessoais” apresenta o fundamento legal aplicado em cada situação.

Finalidades de tratamento dos dados pessoais

A RLR só utiliza os seus dados pessoais quando existe uma razão válida, como cumprir um contrato, respeitar a lei ou responder a interesses legítimos.

As finalidades específicas estão indicadas na tabela da secção “Finalidades do tratamento, enquadramento legal e prazos de retenção dos dados pessoais”.

A RLR compromete-se a não usar os seus dados para outros fins.

Prazos de conservação dos dados pessoais

A RLR poderá conservar os dados pessoais para além da duração da relação contratual, quando:

- exista consentimento do titular;
- seja necessário para assegurar direitos ou cumprir obrigações decorrentes do contrato;
- ou ainda, quando existam interesses legítimos que o justifiquem.

Em qualquer caso, os dados serão guardados apenas pelo tempo estritamente necessário para as finalidades a que se destinam e em conformidade com as orientações e decisões da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd).

Os prazos concretos de conservação podem ser consultados na tabela da secção “Finalidades do tratamento, enquadramento legal e prazos de retenção dos dados pessoais”

Finalidades do tratamento, enquadramento legal e prazos de retenção dos dados pessoais

Finalidades do tratamento	Categoria de Dados	Fundamento de Licidade	Prazo de conservação
Cientes: Hóspedes			
Reservas; Gestão da estadia no hotel e acompanhamento; Faturação; Qualidade e Satisfação do cliente;	Dados de identificação Dados de contacto Dados demográficos Dados financeiros Dados de férias e familiares Dados sensíveis	Contratual: Pré-contratuais; Contratual; Pós-contratuais decorrentes da prestação do serviço; Consentimento.	Permanente, até ao exercício dos direitos de oposição pelo Titular dos Dados e apenas após três meses do check out. O prazo pode ser superior para assegurar direitos ou deveres relacionados com o contrato ou para cumprir as obrigações legais. O prazo pode ainda ser superior se existir um processo judicial em curso. Documentos referentes a cortesias que seja recolhido pela equipa de limpeza do quarto após o check-out, não serão conservados mais do que vinte e quatro horas (e.g. cartas de boas-vidas).
Cortesias tais como: *Comunicação para entrega de objetos perdidos e achados; *Aniversário *Agradecimento *Carta de boas-vindas	Dados de identificação Dados de contacto Dados demográficos	Interesse legítimo	
Conservação de dados pessoais e preferências para serviço personalizado em futuras interações	Dados de identificação Dados de contacto Dados demográficos Dados financeiros Dados de férias e familiares Dados sensíveis	Interesse legítimo	
Para fins comerciais, de marketing e contatos relacionados com campanhas comerciais ou de marketing.	Dados de identificação Dados de contacto	Consentimento	Até revogação do consentimento pelo titular dos dados.
- Reporte ao SEF/AIMA	Dados de identificação Dados de contacto Dados demográficos Dados de férias e familiares	Obrigação legal	Trinta dias após submissão ao SEF.
- Faturação, Registos contabilísticos e respetivos documentos de suporte para reporte a Autoridades (ex: AT)	Dados de identificação Dados de contacto Dados demográficos Dados de férias e familiares Dados financeiros	Obrigação legal: Junto das autoridades, (supervisão, tributária e fiscal, judiciais e policiais ou outras) Ou Para declaração, exercício ou defesa de direitos em processo judicial.	Prazo legal exigido conforme definido por cada obrigação legal específica.
- Seguro Responsabilidade Civil - Acidentes	Dados de contacto; Dados de identificação; Dados sensíveis	Relação contratual; Interesse Legítimo; Interesse Vital do titular;	Três anos após resolvido o incidente.
Cientes: SPA			
Tratamentos no SPA (Questionário de Saúde)	Dados de identificação Dados Sensíveis	Pré-contratuais; Contratual; Pós-contratuais decorrentes da prestação do serviço;	Trinta dias O prazo pode ser superior para assegurar direitos ou deveres relacionados com o contrato ou para cumprir as obrigações legais. O prazo pode ainda ser superior se existir um processo judicial em curso.

Cientes: Ginásio			
Utilização do Ginásio (Questionário de Saúde)	Dados de identificação Dados Sensíveis	Pré-contratuais; Contratual; Pós-contratuais decorrentes da prestação do serviço;	Trinta dias O prazo pode ser superior para assegurar direitos ou deveres relacionados com o contrato ou para cumprir as obrigações legais. O prazo pode ainda ser superior se existir um processo judicial em curso.
Cientes: Time-share			
Gestão de contratos de Time Share - Base de dados clientes - Partilha frações: envio RCI Alteração de proprietários	Dados de identificação Dados de contacto Dados demográficos Dados financeiros Dados de férias e familiares Dados sensíveis	Contratual: Pré-contratuais; Contratual; Pós-contratuais decorrentes da prestação do serviço; Obrigações legais.	Fim do contrato Prazo legal exigido conforme definido pelas obrigações legais específicas. Os prazos podem ser superiores para assegurar direitos ou deveres relacionados com o contrato ou para cumprir as obrigações legais. O prazo pode ainda ser superior se existir um processo judicial em curso.
Estádias / Plano de reservas	Dados de identificação Dados de contacto Dados demográficos Dados financeiros Dados de férias e familiares Dados sensíveis	Contratual: Pré-contratuais; Contratual; Pós-contratuais decorrentes da prestação do serviço;	Três anos após a estadia O prazo pode ser superior para assegurar direitos ou deveres relacionados com o contrato ou para cumprir as obrigações legais. O prazo pode ainda ser superior se existir um processo judicial em curso.
Cientes: Eventos			
Organização eventos por prestação de serviços a clientes	Dados de identificação Dados de contacto Dados financeiros Dados sensíveis	Contratual: Pré-contratuais; Contratual; Pós-contratuais decorrentes da prestação do serviço;	Enquanto decorrer o contrato O prazo poderá ser superior para assegurar direitos ou deveres relacionados com o contrato ou se existir um processo judicial ou uma obrigação legal a cumprir.
Cientes: Hóspedes, SPA, Ginásio, Eventos			
Comunicação a autoridades (Dossier Fiscal)	Dados de identificação Dados demográficos Dados financeiros	Obrigações legais: Junto das autoridades, (supervisão, tributária e fiscal, judiciais e policiais ou outras) Ou para declaração, exercício ou defesa de direitos em processo judicial.	Prazo legal exigido conforme definido por cada obrigação legal específica.
Finalidade do tratamento	Categoria de Dados	Fundamento de Licitude	Prazo de conservação
Qualidade - Análise de reviews - Avaliação de satisfação após estadia	Dados de identificação Dados de contacto	Interesse legítimo	12 meses.

Prestadores de Serviços			
Controlo de acessos e assiduidade	Dados de identificação Dados profissionais	Contratual; Pós-contratuais decorrentes da prestação do serviço;	Três meses. O prazo pode ser superior para assegurar direitos ou deveres relacionados com o contrato ou para cumprir as obrigações legais. O prazo pode ainda ser superior se existir um processo judicial em curso.
Serviços de Manutenção	Dados de identificação Dados profissionais	Contratual; Pós-contratuais decorrentes da prestação do serviço; Obrigação legal	Prazo legal exigido conforme definido por cada obrigação legal específica.
Comunicação a autoridades (Dossier Fiscal)	Dados de identificação Dados profissionais	Contratual; Pós-contratuais decorrentes da prestação do serviço; Obrigação legal	Prazo legal exigido conforme definido por cada obrigação legal específica.

Cientes, Prestadores de Serviços e Outros Titulares de Dados:

Categorias dos titulares de dados	Finalidade do Tratamento	Categoria de Dados	Fundamento de Licidade	Prazo de conservação
Titulares de dados que frequentam as instalações da RLR	Segurança de pessoas e bens através de sistema de videovigilância	Dados de identificação	Interesse legítimo	Trinta dias após captação da imagem. O prazo poderá ser superior se existir um processo judicial ou uma obrigação legal a cumprir.
Exercício dos Direitos dos Titulares de Dados	Registo e gestão dos pedidos de Exercício dos Direitos dos Titulares de Dados	Dados de identificação Dados de contacto	Obrigação legal	Até três anos, a contar da data da submissão do pedido de exercício dos direitos pelo titular dos dados. O prazo pode ser superior para assegurar direitos ou deveres relacionados com o contrato ou para cumprir as obrigações legais. O prazo pode ainda ser superior se existir um processo judicial em curso.

Candidatos a empregos/estágios:

Finalidade do tratamento	Categoria de Dados	Fundamento de Licidade	Prazo de conservação
Processo de recrutamento (recolha de <i>Curricula Vitae</i> e candidaturas espontâneas)	Dados de identificação; Dados de contacto; Dados demográficos; Dados curriculares;	Diligências pré-contratuais e/ou Consentimento do titular dos dados para a avaliação do perfil e competências do candidato ao posto de emprego e conservação para ofertas futuras. Obrigações Legais	1 ano, a contar da data da recolha dos dados. Com exceção dos dados necessários ao cumprimento do disposto no Art.º 32 do Código de Trabalho os quais são armazenados por 5 anos.

Titulares de Dados que utilizam o website do Grupo RLR (<https://www.rocamarlidoresorts.com>)

Categorias dos titulares de dados	Finalidade do Tratamento	Categoria de Dados	Fundamento de Licidade	Prazo de conservação
Cientes, Parceiros comerciais ou prestadores de serviços (em nome individual), Candidatos a Recursos Humanos, Outros titulares que contactem a RLR via formulário "Contacte-nos".	Pedidos de informação, sugestões, elogios, reclamações ou reservas através do Formulário "Contacte-nos".	Dados de identificação Dados demográficos Dados de contacto	Diligências précontratuais, execução de um contrato e diligências pós-contratuais decorrentes da prestação do serviço. Interesses legítimos	Prazo estritamente necessário à execução do pedido. O prazo poderá ser superior para assegurar direitos ou deveres relacionados com o contrato ou caso exista um processo judicial ou obrigação legal a cumprir.

Categorias dos titulares de dados	Finalidade do Tratamento	Categoria de Dados	Fundamento de Licitude	Prazo de conservação
Cientes	Subscrição de ofertas promocionais, através de formulário online.	Dados de identificação Dados demográficos Dados de contacto	Consentimento	Até revogação do consentimento pelo titular dos dados.
Cientes	Reservas online	Dados de identificação Dados demográficos Dados de contacto Dados de Férias e Familiares Dados Sensíveis	Diligências précontratuais	Três meses após o check out

Utilização de Cookies

Cookies:

A leitura desta política é importante, pois ao continuar a navegar no nosso website concorda com o uso de cookies no seu browser e dispositivos utilizados, exceto se os tiver desativado.

O que são cookies:

Cookies são pequenas etiquetas de software que são armazenadas no seu computador ou outros dispositivos que utilize para aceder à internet, através do navegador (browser).
Saiba mais sobre cookies em: allaboutcookies.org.

A que se destinam os cookies:

A utilização de cookies tem o objetivo de melhorar a experiência de navegação do utilizador, aumentando a rapidez e eficiência de resposta dos websites. Elimina a necessidade de introduzir repetidamente as mesmas informações e ajudam a determinar a utilidade, interesse e o número de utilizações. Cada cookie tem uma função e uma data de validade.

A ROYAL LIDO RESORT S.A. não utilizará, sem consentimento prévio, dados armazenados em cookies nos casos em que tal seja exigido.

Que cookies são utilizados no nosso website:

Este site utiliza “cookies” proprietários e de terceiros. Os cookies de terceiros diferem dos primeiros na medida em que são enviados para o dispositivo do utilizador, a partir de um equipamento ou domínio, que não se encontra sob o controlo ou gestão direta da ROYAL LIDO RESORT S.A.

Transferência de dados a terceiros

A RLR reserva-se o direito de subcontratar entidades externas que, atuando em seu nome e de acordo com as instruções transmitidas, procedam ao tratamento dos dados pessoais do titular, em estrito cumprimento do RGPD, da legislação nacional aplicável e da presente Política.

Os subcontratantes ficam proibidos de transmitir os dados do titular a terceiros sem prévia autorização, expressa e escrita, da RLR, bem como de recorrer a outras entidades sem igual consentimento.

A RLR compromete-se a assegurar que tais subcontratantes apresentam garantias suficientes de implementação de medidas técnicas e organizativas adequadas, de modo a salvaguardar a privacidade dos dados pessoais e a proteção dos direitos dos titulares.

Os subcontratantes encontram-se vinculados à RLR mediante contrato escrito, no qual se estabelecem o objeto e a duração do tratamento, a natureza e finalidade do mesmo, o tipo de dados pessoais tratados, as categorias de titulares, os direitos e obrigações das partes — designadamente o dever de confidencialidade — e as medidas de segurança a implementar.

No exercício das suas atribuições, a RLR poderá contratar subcontratantes em diversas áreas, designadamente: assessoria financeira e contabilística, consultoria em projetos, formação profissional, serviços de manutenção, mediação de seguros, assessoria jurídica, comunicação e imagem, serviços de internet e comunicações, entre outras.

A RLR poderá, igualmente, transmitir dados pessoais a terceiros, designadamente a entidades cuja comunicação seja obrigatória nos termos da legislação aplicável, como o SEF/AIMA, a Autoridade Tributária, o Tribunal de Contas, autoridades policiais, tribunais, entre outros organismos competentes.

Direitos dos titulares sobre os seus dados

A RLR assegura aos titulares dos dados o exercício dos respetivos direitos, nos termos da legislação aplicável no âmbito da proteção de dados pessoais, nomeadamente:

- **Direito de acesso:** o titular tem o direito de obter a confirmação de que os dados pessoais que lhe dizem respeito são ou não objeto de tratamento e, sendo o caso, o direito de aceder aos seus dados pessoais, bem como obter as seguintes informações:
 - (i) As finalidades para as quais os seus dados pessoais são tratados;
 - (ii) O tipo de dados pessoais que são tratados;
 - (iii) As entidades a quem os seus dados pessoais podem ser comunicados, incluindo entidades da União Europeia ou organizações internacionais;
 - (iv) O prazo de conservação dos seus dados ou, se tal não for possível, os critérios para fixar esse prazo;
 - (v) Os direitos de que goza em relação ao tratamento dos seus dados pessoais;
 - (vi) Se os dados pessoais não tiverem sido recolhidos junto de si, informações sobre a sua origem e tipo de dados em questão.
- **Direito de retificação:** o titular tem o direito de solicitar, a qualquer momento, a retificação dos seus dados pessoais (fornecidos por si, p. ex: nome, morada, números de identificação civil, fiscal, contactos) e o direito a que os seus dados pessoais incompletos sejam completados, incluindo por meio de uma declaração adicional.
- **Direito à supressão:** o titular tem o direito de obter, a eliminação dos seus dados quando se aplique um dos seguintes motivos:
 - (i) os dados do titular deixarem de ser necessários para a finalidade que motivou a sua recolha ou tratamento;
 - (ii) o titular retirar o consentimento em que se baseia o tratamento dos dados e não existir outro fundamento jurídico para o referido tratamento;
 - (iii) o titular opor-se ao tratamento ao abrigo do direito de oposição e não existirem interesses legítimos prevalecentes que justifiquem o tratamento;
 - (iv) caso os dados do titular sejam tratados ilicitamente;
 - (v) caso os dados do titular tiverem de ser apagados para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que a RLR ou subcontratante estejam sujeitos. Nos termos legais aplicáveis, a RLR não tem a obrigação de apagar os dados do titular na medida em que o tratamento se revele necessário ao cumprimento de uma obrigação legal a que esteja sujeita ou para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito em processo judicial.
- **Direito à limitação do tratamento:** o titular tem o direito de obter a limitação do tratamento dos seus dados se se aplicar uma das seguintes situações:
 - (i) se contestar a exatidão dos dados pessoais, durante um período que permita verificar a sua exatidão;
 - (ii) se o tratamento for ilícito e o titular se opuser ao apagamento dos dados, solicitando, em contrapartida, a limitação da sua utilização;
 - (iii) se já não precisar dos dados do titular para fins de tratamento, mas esses dados sejam requeridos pelo titular para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial.
- **Direito de portabilidade:** o titular tem o direito de receber os dados pessoais que lhe digam respeito (e fornecidos por si), num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, e o direito de transmitir esses dados a outro responsável pelo tratamento, se:
 - (i) o tratamento se basear no consentimento ou num contrato de que o titular é parte e
 - (ii) o tratamento for realizado por meios automatizados.
- **Direito de oposição:** o titular tem o direito de se opor a qualquer momento, por motivos relacionados com a sua situação particular, ao tratamento dos dados pessoais que lhe digam respeito que assente no exercício de interesses legítimos prosseguidos ou quando o tratamento for efetuado para fins que não sejam aqueles para os quais os dados pessoais foram recolhidos. A RLR deixará, nesses casos, de

tratar os seus dados pessoais, a não ser que tenha razões legítimas para realizar esse tratamento e que estas prevaleçam sobre os seus interesses. O exercício do seu direito de oposição poderá implicar a suspensão ou cessação, total ou parcial, dos benefícios associados à finalidade do tratamento dos dados em causa.

- **Direito a retirar o seu consentimento:** Nos casos em que o tratamento dos dados seja feito com base no seu consentimento, poderá retirar o consentimento a qualquer momento. Caso retire o seu consentimento, os seus dados pessoais deixarão de ser tratados, exceto se existir outro fundamento, como obrigações legais e regulamentares que justifique esse tratamento.

Dispõe ainda do direito de apresentar reclamação junto à RLR e da autoridade de controlo - Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD).

A secção seguinte descreve como poderá exercer os seus direitos.

A RLR não nomeou um Encarregado de Proteção de Dados Pessoais (EPD) em virtude de a ROYAL LIDO RESORT S.A. não ser uma autoridade ou organismo público, de não monitorizar regular e sistematicamente os titulares dos Dados Pessoais com grande alcance e de não processar Dados Pessoais sensíveis em larga escala.

Sempre que um titular de dados, nomeadamente clientes ou outros, pretender exercer os seus direitos, ou pedir informações no âmbito do Regulamento de Proteção de Dados, poderá fazê-lo através do endereço eletrónico operations@rocamar.pt ou presencialmente na nossa sede: Hotel Royal Orchid - Travessa Vista da Praia, 9125-039 Santa Cruz, Madeira, Portugal

Exercício de direitos pelo titular

Os pedidos de informação e exercício dos direitos pelo titular são feitos por escrito, fazendo prova da sua identidade, mediante contacto com a RLR, o qual dará resposta por escrito (incluindo por meios eletrónicos) ao pedido do titular no prazo máximo de 30 dias a contar da receção do pedido, salvo em casos de especial complexidade e/ou elevado número de pedidos, em que esse prazo pode ser prorrogado até dois meses.

O exercício dos seus direitos é gratuito, a menos que o pedido seja infundado ou excessivo, podendo, em tais casos, ser cobrada uma taxa com custos associados.

Apresentação de reclamação à CNPD

O titular dos dados pode reclamar diretamente à Autoridade Nacional de Controlo de Dados Pessoais, a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), utilizando os contactos disponibilizados por esta entidade para o efeito, em www.cnpd.pt.

Violação de dados (Gestão de Incidentes de Segurança e Privacidade de Dados)

Em caso de violação de dados pessoais, e na medida em que tal violação seja suscetível de resultar num risco elevado para os direitos e liberdades do titular, a RLR notificará a autoridade de controlo nacional dessa violação (CNPD) bem como comunicará a violação ao titular dos dados, até 72 horas após ter tido conhecimento da mesma.

Nos termos do RGPD, a comunicação ao titular não é exigida nos seguintes casos:

- Caso a RLR tenha aplicado medidas de proteção adequadas, tanto técnicas como organizativas, e essas medidas tenham sido aplicadas aos dados pessoais afetados pela violação de dados pessoais, especialmente medidas que tornem os dados pessoais incompreensíveis para qualquer pessoa não autorizada a aceder a esses dados, tais como a cifragem;
- Caso a RLR tenha tomado medidas subsequentes que assegurem que o elevado risco para os direitos e liberdades do titular já não é suscetível de se concretizar;
- Se a comunicação ao(s) titular(es) implique um esforço desproporcionado para a RLR, este fará uma comunicação através dos seus canais de comunicação públicos (ex: site ou redes sociais) ou tomará uma medida semelhante através da qual o(s) titular(es) serão informado/os.

Qualquer violação de dados pessoais, cujo tratamento seja da responsabilidade da RLR, agradecemos que a reporte através do endereço eletrónico indicado em “*Contactar a equipa responsável pela proteção de dados*” nesta política de privacidade.

A RLR irá manter o registo da ocorrência da violação, da análise de risco, das medidas implementadas, assim como da necessidade de comunicar com a CNPD e com o Titular dos dados.

Medidas de segurança

Atendendo ao princípio da proporcionalidade e adequabilidade, à segurança, aos custos de implementação, à natureza, âmbito, contexto e finalidades do tratamento, bem como aos riscos e respetiva probabilidade, a RLR adota medidas técnicas e organizativas de segurança adequadas, de modo a assegurar um nível de proteção dos dados pessoais ajustado ao risco.

A adoção de medidas constitui um trabalho permanente da RLR, com vista a assegurar a privacidade e a segurança dos dados, em função dos riscos identificados nas respetivas análises de risco.

Alguns exemplos dessas medidas encontram-se listados abaixo:

- Realização periódica de ações de formação e/ou sensibilização em segurança da informação e proteção de dados para os colaboradores.
- Execução de um plano de backups;
- Instalação, manutenção e gestão dos sistemas de antivírus e de firewall nos computadores da RLR;
- Pseudonimização de dados pessoais;
- Encriptação de informação com dados pessoais para envio.
- Controlo de acessos às instalações físicas dos equipamentos da RLR;
- Sistema de deteção e extinção automática de incêndio;
- Entre outras medidas da Política de Segurança que estão implementadas ou em implementação.

Alterações à Política de Privacidade

A RLR pretende manter os titulares de dados sempre informados sobre os tratamentos aos seus dados, por isso prevemos a atualização e melhoramento contínuo da nossa Política de Privacidade.

A RLR reserva-se o direito de proceder a reajustamentos ou alterações à presente Política de Privacidade, sendo essas alterações devidamente publicitadas no respetivo website (<https://www.rocamarlidoresorts.com>), nas suas Receções e/ou noutros canais que considere adequados.